

Aprova
1
pm marm
em um vtr de
abstém do PSD
V

ACTA 4/2007

-- Aos vinte e sete dias de Setembro do ano de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Quarta Sessão Ordinária do ano de dois mil e sete, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Projecto de Regulamento para a Atribuição dos Transportes Escolares; 3) Projecto de Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra; 4) Projecto de Regulamento para a Atribuição de Auxílios Económicos aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico; 5) Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências; 6) Participação Variável no IRS (Rendimentos de 2008); 7) Lançamento de Derrama para 2008; 8) Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2008; 9) Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra; 10) Auditoria Externa das Contas do Município; 11) Estabelecimento de medidas preventivas na área da intervenção do Plano de Pormenor da Vila Nova de Mafra. -----

-- Passavam dez minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O Secretário da Mesa, Senhor Luís Ribeiro Alves, fez a chamada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os Presidentes das Juntas de Freguesia da Encarnação e Venda do Pinheiro se encontram representados pelos seus Secretários. Referiu ainda que a acta da sessão de Junho será distribuída na próxima sessão. Foi aberto o período antes da Ordem do Dia. ---

-- O Senhor Joaquim Cruz disse que "só vinha aqui fazer um registo por duas iniciativas executadas por este Executivo Camarário que eu acho que são dignas de nota. Dentro da iniciativa do Dia Mundial do Turismo, houve um sentido diferente de promover este dia, fora do registo que é normal, que foi o facto da Autarquia promover um conjunto de programas de formação aos agentes económicos e sociais que estão ligados ao Turismo e que queiram com isso aprender um pouco mais, desenvolver as suas capacidades. No fim, acho que todos ganhamos, ganha a Câmara Municipal, ganha esta comunidade, ganha também o Turismo nacional. É evidente que Mafra, em termos de Turismo, ainda tem alguma lacuna no sentido em que nós não temos camas suficientes para receber um evento de grande ou média dimensão, a nível pessoal até gostaria que esta casa onde nós estamos tivesse, a nível estatal, uma filosofia completamente diferente. Penso que um monumento destes podia albergar um hotel de luxo ou um hotel de charme, mesmo uma parte mais para congressos, mas como vem aí agora o Senhor Putin talvez as câmaras foquem um pouco mais este Palácio e o país seja mais sensível ao potencial que aqui está. A Câmara Municipal tem feito o seu melhor, penso eu, ao nível da Tapada Nacional de Mafra, mas este monumento acho que poderia ser mais vivo e mais digno de nota porque é de interesse nacional. Outra iniciativa interessante é o «Património em Diálogo», isto vem um pouco de encontro com o que estou a dizer, as pessoas viverem o património. Há um conjunto de iniciativas, mas que são muitíssimo interessantes. No próximo ano, nós vamos entrar nos festejos do terceiro centenário das Linhas de Torres. As Linhas de Torres não são só de Torres Vedras, mas também tem a ver com Mafra e eu sei que a Autarquia tem até patrocinado um *raid* comemorativo que se tem realizado todos os anos nas Linhas de Torres da região. Um terceiro centenário foi algo de muito interessante na história do país, passaram por aqui gentes ilustres de toda a Europa, tanto invasores, como do lado inglês, e que seria importante que nós tivéssemos uma iniciativa dessa ordem. Relativamente a tudo o que é proposto hoje na Ordem do Dia, eu só queria fazer um comentário muito geral sobre, essencialmente, a Acção Social e a Educação. Por vezes não são só importantes o desenvolvimento de infra-estruturas e a sua criação, mas se isso não tiver e não for acompanhado com a

sensibilidade social, em termos dos regulamentos e de todos os normativos, não vale a pena só fazer as infra-estruturas.” -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que “provavelmente, esta é a última Assembleia Municipal onde vou participar porque eu vou mudar de residência, portanto, possivelmente, na próxima já cá não estarei. Estou a tratar da substituição, mas, de qualquer forma, gostaria de deixar aqui os votos de bons êxitos a todos e dizer-lhes que gostei de aqui estar.” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo interveio, dizendo que “duas questões breves me trazem aqui, penso que nenhuma delas é directamente responsabilidade da Câmara. A primeira tem a ver com as obras no Porto de Pesca da Ericeira, numa altura em que já se fala na construção de mais uma marina de recreio a norte do Concelho de Mafra, aliás, foi em tempos um anseio das pessoas da Ericeira, gostava de saber o que é que se passa com estas obras. A segunda questão tem a ver com as obras da A vinte e um. Chegou-nos a informação de que houve um problema de trânsito agora há uns dias de pessoas que ficaram retidas na própria auto-estrada provocadas pelas obras na extrema da mesma, o que é um bocado desagradável para quem está a pagar a portagem e fica parado dentro de uma auto-estrada é complicado. É evidente que a obra não é directamente da Câmara, mas a Câmara é responsável através da MAFRATLÂNTICO. Gostaria de saber qual é o ponto de situação e o que é que se passou, se têm informações para dar sobre isso? Também gostava, igualmente, de saber informações sobre o andamento da CRIMA três.” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, respondeu, dizendo que estava quase para repetir, por outras palavras, o discurso que o Senhor Primeiro-Ministro fez, há dias, na Assembleia da República. “Quando foi interpelado pelo Bloco de Esquerda, o que o deixou algo embaraçado porque ele não tinha presente a resposta. Essa resposta era para dar ao Senhor Miguel Ângelo em relação ao que é que se passa com a auto-estrada. Relativamente ao Porto de Pesca da Ericeira, não sei nada sobre a construção de uma marina. Não é culpa da Administração Central, mas estas guerras dos empreiteiros e das providências cautelares..., também houve aqui tentativas de embargos judiciais a uma decisão do júri. Isso foi desbloqueado já, pelo menos é a informação que temos. A Senhora Presidente do IPTM até ao próximo dia quinze de Outubro irá fazer a consignação da obra. Portanto, não foi atraso nenhum, nem falta de dinheiro, nem falta de verba. Sobre a A vinte e um, eu, por acaso, fiquei nesse bloqueio da auto-estrada, mas nunca estive parado, andei sempre, mas devagar. Aquele troço entre a Malveira e Venda do Pinheiro é complicado, já o sabíamos de todo. Porque temos que fazer o alargamento ou a construção de um troço da auto-estrada com uma via em movimento permanente, mais difícil se torna. Depois o embaraço dos senhores motoristas por novas situações que todos os dias estão a mudar, pese embora os anúncios e os avisos públicos que têm sido feitos nos diversos órgãos de comunicação social pelos atrasos eventuais que podem vir a acontecer por motivo das obras e das alterações constantes que estão a surgir. A GNR também já estava alertada, devia ter sido mais interventora. A GNR não esteve, por razões que desconheço de todo. Tentámos corrigir essa situação junto da MAFRATLÂNTICO e, conseqüentemente, junto do empreiteiro julgo que isso não aconteceu. Lamentamos que essas coisas aconteçam, mas são situações que procuramos que não se repitam. Aliás, já cortámos uma das pontes, por exemplo, não houve interrupções de maior, a não ser durante cerca de três horas, entre as quatro e as seis da manhã. Vamos também cortar a ponte do caminho-de-ferro. São obras complicadas, até porque esse troço aconselha velocidades reduzidas. É incómodo, mas não há outra maneira de resolver o problema. Relativamente ao troço Mafra-Ericeira, não é possível recuperar o atraso dos sobreiros, mas, de qualquer forma, pelo menos, o empreiteiro apresentou-nos um cronograma de execução que aponta para o *terminus* da obra este ano. Há um ritmo muito interessante de tentativa de recuperação. Temos só dois pontos que é exactamente na zona dos sobreiros, onde estamos a fazer uma passagem aérea e

tem algum atraso, e depois lá em baixo, por baixo do Zambujal, porque apareceu um banco de pedra que não está a ser feito fogo, pelo menos nos últimos tempos não tem sido, mas já foi, já se utilizou fogo para destruir. Portanto, por cautela estamos a desmontar com máquinas, o que é mais complicado. Julgo que no final deste ano poderá acontecer. Quanto à CRIMA três, que é a que vai do Sobreiro ao alto do Sobral da Abelheira, estamos a trabalhar, já estão feitas as desmatações, as movimentações de terras em alguns sítios. Têm havido muitos focos arqueológicos, interrupções sucessivas que são normais que aconteçam. Nós temos lá uma equipa de cerca de vinte pessoas só a fazer escavações arqueológicas, porque se tem detectado fornos de cal, entre outros, e isso tem que ser analisado e mandado para o IPPAR. Tudo isso provoca, normalmente, atrasos porque se se detecta uma situação dessas a obra é imediatamente interrompida até se fazer o levantamento e a comunicação superior do que se encontrou, aguardando as soluções a seguir." ---

-- Foi aberto o período da Ordem do Dia. Introduziu-se o primeiro ponto, relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Não havendo intervenções, passou-se ao ponto número dois, referente ao projecto de Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares. -----

-- Relacionando-se com a aprovação de alguns projectos de regulamentos ligados à Educação no Concelho, a Senhora Cristina Loureiro leu um texto que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "é essa a nossa preocupação. Não vale a pena aqui falar do que fizemos, do que projectámos, como é que equacionámos, como é que arranjámos dinheiro, tudo isso para mim são águas passadas, mas, de facto, isto tem a ver com a sensibilidade dos executivos por mim presididos e, no fundo, de todas as pessoas que estão envolvidas nesta magnânime obra que é servir os outros através da política. Temos que criar rapidamente condições. Hoje eu vejo os meus colegas um pouco aflitos, às vezes eu pergunto se eles já têm projectos, se alguma vez já pensaram fazer alguma coisa porque já querem dinheiro e ainda nem os projectos têm. Se estão à espera que o Estado, a Administração Central, lhes resolva o problema. Há coisas em que o Estado somos nós, não podemos estar à espera que o Estado faça tudo. O Estado faz o que faz, ajuda como pode, mas cabe aos municípios resolver grande parte destas situações. Há dias, em Vila Franca de Xira houve uma manifestação de pais de alunos que protestavam porque os filhos estavam em contentores e a Presidente da Câmara Municipal remeteu a resposta para a DREL. Eu percebo o embaraço da Senhora Presidente, mas é a culpa deles estarem em contentores na escola básica é da Autarquia. Isso é responsabilidade objectiva das câmaras. Nós aqui optámos por fazer obras, porque é essa a nossa obrigação. Não faço mais do que aquilo a que sou obrigado por formação, por princípio e por empenho para com a gente que me colocou aqui. Nós fazemos só aquilo que temos que fazer. É evidente que este projecto das pré-primárias começou já há muitos anos; depois passou a uma segunda fase que foi equipar os edifícios existentes com equipamentos minimamente capazes, isto eram carteiras e quadros; depois era a electrificação dos quadros; até que chegou a altura de, criando condições com as instalações existentes, dar a volta. Perceber que a desertificação da população escolar estava a acontecer, era inevitável, por razões várias e óbvias, e, portanto, nós tínhamos que inverter essa lógica de distribuição, por cada aldeia, de uma escolinha e criar condições nos maiores centros populacionais ou nas sedes de freguesia. Eu dei-lhes o nome de universidade do básico para lhes dar um pouco a ideia de protecção e carinho, a universidade começa ali. Esse projecto aconteceu, aconteceram as ideias e agora há outra fase, esta já está em vias de resolução, já não é um factor de preocupação. Quanto aos berçários, começámos com Mafra. Onde as IPSS têm resolvido os problemas, nós procuramos estar atentos se a necessidade e a oferta é suficiente ou se, porventura, existe necessidade de intervenção. O caso de Mafra era flagrante, era nítido que havia necessidade de intervenção. Temos outros casos referenciados e, portanto, estamos a estudar as hipóteses de acontecer. Eu costumo dizer que os

projectos para a infância e para os adolescentes são projectos para ontem, porque amanhã já passou uma geração sem oportunidade. Não quero ser um dos que contribuem para que eles não tenham oportunidade. Agora, nós estamos com recursos reduzidos, como é óbvio. Isto é uma autêntica parceria entre a DREL e a Câmara Municipal, é a única maneira de resolver estes problemas. Neste aspecto, tenho tido a colaboração de todos os da DREL que por lá têm passado, eles também vêem que o trabalho é sério e honesto. O projecto das creches é um projecto que não é para este ano, não sei se será para o ano, mas está a ser equacionado de acordo com os dados e as disponibilidades que temos dos CENSOS, para ver até que ponto nós conseguimos prever um conjunto de equipamentos desta ordem para que a rede fique coberta." -----

-- Passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se com o ponto número três, relativo ao projecto de Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra. -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "em relação a este ponto, nós estamos de acordo, como é evidente, e vamos votar a favor. Pela leitura do regulamento, houve duas questões que me chamaram à atenção, provavelmente não será possível nada disto que eu vou dizer porque tem a ver com o Código de Procedimento Administrativo. No artigo nono do ponto três um, diz aqui que em situações de doença grave a inscrição manter-se-á válida no prazo de seis meses, desde que seja assegurado o pagamento das mensalidades. Não sei se isto não configura uma certa injustiça, na medida em que aquela família que está sujeita a uma doença grave do filho e depois ainda vai ter que pagar. Não sei se é possível introduzir aqui alguma alteração a isto. O mesmo digo em relação aos pontos quatro, cinco e seis que fala no pagamento, dizendo que sempre que o pagamento não seja efectuado no prazo de trinta dias a Câmara Municipal de Mafra oficiará o respectivo encarregado de educação, no sentido deste proceder à sua regularização. O atraso no pagamento por mais de sessenta dias implica, de imediato, a suspensão da frequência. Desculpem a minha ignorância em relação ao que é possível ou não fazer, num caso destes, mas se seria possível considerar aqui a situação de uma família que está, provisoriamente, em situação económica difícil, mas que, mais tarde, pode vir a pagar." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "esses casos não vêm lá. Mas, diz aqui no artigo décimo quinto que os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal, portanto, damos aqui abertura à resolução eventual destes problemas. Quanto ao atraso nos pagamentos, eu não posso deixar de pagar aos funcionários no dia que está previamente destinado, também não posso deixar de pagar a água e a luz no dia em que está previamente destinado. É uma questão de disciplina, isto não é para penalizar ninguém, é só para dizer às pessoas para não se distraírem. É evidente que estaremos atentos a qualquer sinal que seja não por vontade directa. Eu posso dizer que no início do ano lectivo nós tínhamos cerca de trinta por cento das crianças que estão a almoçar e os pais ainda não tinham feito a inscrição no almoço, nós demos durante uma semana inteira almoço às crianças. Nós, neste momento, em termos de refeições, já servimos três mil refeições por dia. Não nos podemos dar ao luxo de não estarmos a ser rigorosos. Quanto às doenças prolongadas, com certeza que está a pensar naquelas doenças muito complicadas e esses serão os tais casos omissos que, com certeza, serão analisados. Quando há uma gripe, ou está doente dois ou três dias, toda a estrutura está a ser suportada e os custos da mensalidade foram de acordo com os custos de funcionamento. Eu não posso ter uma estrutura previamente pensada, na base do número de alunos que estão, e depois os pais não aparecerem. Se forem três ou quatro é suportável, mas e se forem todos? Este regulamento só quer que as pessoas tenham responsabilidade. Estas reduções, a terem lugar, era no último mês do ano, isto porque é um processo burocrático, é complicado todos os meses estarem a ser corrigidos ao dia." -----

-- Colocou-se o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Foi introduzido o ponto número quatro sobre o projecto de Regulamento para Atribuição de Auxílios Económicos aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico. Não se verificando intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo este sido aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se com o ponto número cinco, relativo à alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para uma alteração que foi distribuída a todos, relativamente ao teor da deliberação que não estava conforme com aquilo que se passou na Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra esclareceu que "eu tenho aqui uma série de notas complementares que, possivelmente, ajudarão a compreender melhor as alterações que estão, neste momento, em apreciação. Esta alteração do regulamento e o próprio organograma tem a ver com a adaptação do quadro de responsabilidades que a Câmara tem, e vai tendo. De tempos a tempos, verifica-se um conjunto de novas competências e é obrigação nossa, até para celeridade processual e exigência dos próprios serviços, adaptar os mesmos às novas exigências. Isto são pequenos ajustes, digamos assim, para que as pessoas saibam quem é quem, dentro de quê e o que é que cada um tem que fazer. Mantém-se o número de Departamentos, que são quatro, bem como o número de Divisões, que são onze, embora tenha sido eliminada uma no Departamento Sócio-Cultural e criada uma no Departamento de Obras e Urbanismo. Quanto à estrutura, além do ajustamento e aumento de competências efectuado em todos os Departamentos, deve-se referir como nota de realce o seguinte: ao nível da dependência directa do Presidente da Câmara, é criado o Gabinete de Auditoria e Controlo de Gestão, da Inovação e da Qualidade; o Gabinete Municipal de Protecção Civil passa a designar-se por Gabinete Municipal de Protecção Civil e Técnico-Florestal. As unidades orgânicas com a designação de Gabinete, passam a designar-se por Sectores, passando a utilizar-se a designação de Gabinete apenas ao nível das unidades directamente dependentes da Presidência. Só o Presidente é que tem Gabinetes, os outros Gabinetes passam a ser Sectores. No Departamento da Administração Geral, o Sector de Fiscalização Municipal passou para a dependência directa do Director da Administração Geral. O Sector de Apoio Técnico passa a designar-se por Centro de Apoio Técnico-Jurídico. A Secção de Apoio Administrativo passa a designar-se por Secção de Contencioso e Contra Ordenações. O Sector do Notariado passa para a Secção do Expediente, uma vez que tem sido sempre nesta secção que o Sector tem funcionado e não na Secção de Contencioso. O Sector de Apoio à Contratação Pública, que estava integrado na Secção de Contencioso, passa, igualmente, para a Secção de Expediente pelo mesmo motivo. O Sector dos Serviços Gerais, anteriormente na dependência directa do Director da Administração Geral, passa para a dependência da Secção de Expediente. A Secção de Expediente passou a designar-se por Secção de Apoio Administrativo Geral e Expediente. A Secção de Gestão de Pessoal, com a alteração da designação de Sectores, o Sector de Admissões passou a designar-se por Sector de Selecção, Recrutamento e Acolhimento de Pessoas. O Sector de Formação e Avaliação passou a designar-se por Sector de Formação e Avaliação do Desempenho. No Departamento Financeiro e de Planeamento, as alterações mais significativas são estas: o Departamento Financeiro e de Planeamento passou a designar-se por Departamento de Planeamento e Gestão Financeira, uma vez que os planos são obrigatoriamente elaborados previamente à execução do orçamento. O Sector de Auditoria e Controlo Interno é eliminado, uma vez que quem executa não deve auditar e/ou controlar. O Sector de Estudos e Planeamento passa para a dependência directa do Director de Departamento. Deixou de existir o Sector de Atendimento, uma vez que as competências deste sector na prática têm sido executadas pela Secção de Atendimento do Departamento de Obras e Urbanismo. A Divisão Financeira passa a designar-se por Divisão de Gestão Financeira. No Departamento de Obras e Urbanismo acontece o seguinte: o Serviço de Fiscalização Técnica passou a designar-se por Sector de Fiscalização Técnica e do Ordenamento do Território, com o respectivo ajuste de competências. A Divisão de Gestão

Urbanística, Planeamento e Ordenamento do Território é dividida em duas divisões, a Divisão de Gestão Urbanística e Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território. São alteradas as competências do Sector de Higiene Pública e Sanidade Veterinária, face à nova Legislação, Decreto-Lei cento de dezasseis/ noventa e oito. No Departamento Sócio-Cultural passa a existir o Sector de Infra-estruturas e Equipamentos Sociais na dependência directa do Director de Departamento. Das quatro actualmente existentes, passam a constar três divisões com as seguintes divisões: a Divisão de Educação e Acção Social, a Divisão de Desporto e Juventude e a Divisão de Cultura, Bibliotecas, Arquivos Municipais e Turismo. O Director dos Serviços Culturais passa a utilizar a grafia do Departamento Sócio-Cultural. Estas são as alterações mais significativas e os reajustamentos que se entendem por convenientes nesta altura. O respectivo quadro de pessoal que não vem, e foi isso que o Senhor Presidente da Assembleia há pouco referiu, é porque está em sede própria, na Assembleia da República, para ser aprovado o novo Regime das Carreiras. Está em discussão, a todo o tempo irá acontecer, só nessa altura é que iremos ajustar o nosso quadro de pessoal àquilo que são as exigências legais decorrentes da aplicação dessa Legislação.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal complementou, dizendo que “o artigo noventa e nove tem dois anexos, só se considera um porque o quadro do pessoal mantém-se.” -----

-- A Senhora Leonor Coutinho disse que “em meu entender, o Executivo é que é responsável pela organização dos serviços, portanto, não teremos qualquer problema em votar favoravelmente aquilo que o Executivo considera necessário para cumprir as suas funções.” -----

-- Passou-se à votação, tendo esta alteração sido aprovada por unanimidade. Prosseguiu-se com o ponto número seis, referente à participação variável no IRS (Rendimentos de dois mil e oito). -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra referiu que “eu nunca concordei com esta questão de ser atribuída esta possibilidade aos municípios de serem eles a fazer a diferença. Entendo, e estes efeitos no caso do IRS só se repercutem no orçamento de dois mil e nove, que não devemos abdicar, até porque não sabemos de que montante estamos a falar, não sei quanto é que valem os cinco por cento. Está acordada, entre todos os Presidentes da Junta Metropolitana de Lisboa, uma reunião que foi sugerida para que acertássemos o passo todos pela tarifa máxima, pela taxa máxima dos cinco por cento. Estamos todos baralhados com esta situação. Está agendada uma reunião até ao final do ano. Isto é o sentimento de todos os presidentes da câmara que estavam presentes na última reunião da Junta. Isto é o sentimento inverso daquilo que o Governo quis pôr aos municípios, que é municípios contra municípios, nós não aceitamos esta forma de fazer crescer à custa de. Isto é eu não direi desonesto, mas é uma forma um bocado *naif*, pouco experimentada, para nos pôr uns contra os outros. Como vos disse, a proposta está em sede própria, na Junta Metropolitana. Cada Presidente de Câmara tem as oposições do outro lado. As oposições querem ser simpáticas e arranjam sempre formas de dizer para não se fazer isto ou aquilo, em contrapartida, os Presidentes de Câmara estão sempre com a dificuldade de quererem dinheiro para cumprir os seus planos, os projectos e os objectivos. Quando nós nos candidatamos toda a gente promete obras, no pressuposto de que vamos adquirir receitas para realizar obras, mas nunca ninguém disse que se for eleito baixa ou sobe, ninguém toca nessa área. A necessidade dos impostos é uma violência, com certeza que é, o óptimo seria nós não pagarmos nada, mas para isso ainda estávamos na pré-história da realização de um conjunto enorme de necessidades básicas para criar, em condições e com qualidade, os nossos munícipes e ajudá-los a crescer numa vivência extraordinariamente interessante. De qualquer forma, a necessidade imperiosa destas receitas, face aos projectos e aos desafios, é evidente que nós temos que prever agora o futuro. Nós não vamos ter muito dinheiro do CREN, para projectos específicos as coisas não vão ser muito interessantes, alguma coisa há-de vir, mas é tão pouco a distribuir por tantos que

não sei se nos calhará alguma coisa. Por outro lado, as receitas provenientes daquilo que são as receitas municipais, devo lembrar que este ano tivemos um corte de cinco por cento no Fundo Geral Municipal, para o ano termos mais cinco e depois no outro ano quinze por cento para fazer vinte e cinco por cento de quebra na receita do Fundo Geral Municipal. Nós procuramos encontrar soluções através de uma solicitação de contribuição, junto dos nossos munícipes, para que nos ajudem, porque só assim os poderemos ajudar." -----

-- A Senhora Leonor Coutinho disse que "ouvi muito atentamente o Senhor Presidente. Compreendo que tente ter o máximo de receitas possíveis, mas é apenas disso que se trata porque penso que os seus argumentos não correspondem bem à realidade. Eu vou falar logo dos três, não vale a pena estarmos a separar o IRS da derrama e do IMI, é a mesma política de fazer cobrar aos munícipes de Mafra o máximo permitido por Lei. A política é só essa. Evidentemente que, quando se alterou o IMI, compreenderia que a Câmara de Mafra tivesse posto zero vírgula oito e que as outras câmaras, muitas delas aliás, puseram o máximo de zero vírgula oito para os imóveis que não tinham sido avaliados e zero vírgula cinco, no máximo, para aqueles que foram avaliados. Actualmente, já temos uma experiência de vários anos e é depois de ter visto essa experiência que vários municípios baixaram porque viram, que tinham medo que a nova fórmula não fosse até muito favorável e que não desse sequer as receitas que davam, que isso não era verdade e que as receitas estavam a crescer a um ritmo muito superior. Nós temos uma inflação na ordem dos três por cento e as receitas do IMI, em Mafra, subiram mais de trinta por cento todos os anos, desde então. Portanto, é um crescimento muito grande que já dá, com alguma segurança, o poder de não se exigir tanto aos munícipes, uma vez que já se sabe que se tem uma *benesse* com a qual não se contava. Não se podia pensar há três anos que as receitas do IMI iam duplicar praticamente e, assim, uma atitude que podia ser entendida como prudente inicialmente, neste momento não é prudente, é o máximo possível. Ainda hoje a representante do FMI fez uma conferência na Assembleia da República justamente sobre os problemas das relações entre a fiscalidade e o crescimento. De facto, não há resposta fácil, mas há um equilíbrio que é necessário, em não haver distorções, por um lado, e, por outro, também ter em conta os efeitos que isto também pode ter no crescimento. É nesse sentido que, como nós sabemos, há muitos municípios no país que têm políticas para atrair mais população, para favorecer a natalidade ou para atrair empresas e, por isso, não põem o máximo da derrama. Isso é uma política de captação de crescimento. Aquilo que eu contesto não é tanto que esta Câmara não fosse prudente inicialmente, agora já não é prudência, mas é quase ganância. Não me parece que seja uma boa política não dar incentivo aqui no Concelho com uma política fiscal que está aos níveis máximos permitidos por Lei, contrariamente ao que acontece em muitos outros sítios. Se eu compreendo que os municípios em relação ao IRS, que é uma nova experiência, sejam prudentes e até que seja Lisboa que apesar das dívidas do passado que herdou já tenha anunciado que não vai pôr a taxa máxima, o que é certo é que quando o município verificou que a política que levou a cabo nos últimos anos deu crescimento fiscal dos impostos municipais ou das receitas totais municipais, somando a do Estado, muito superiores à inflação, penso que, neste momento, há uma margem de manobra para não penalizar tanto o crescimento do Concelho." -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "nós não temos por hábito fazer oposição pela oposição. Nós dissemos na altura, tivemos várias questões a levantar contra esta Lei dois de dois mil e sete porque, por um lado, não consideramos que seja uma boa forma deixar às Câmaras Municipais uma gestão dos impostos que as pessoas pagam, acho que isso deve ser feito pelo Poder Central. Por outro lado, porque me parece também que não é fácil, se calhar, a uma Câmara Municipal gerir isso de uma forma tão abrangente como o faz o Poder Central. Em relação a esta questão da participação no IRS, aquilo que eu vou dizer é também válido para o ponto a seguir da derrama. Nós achamos que houve da parte do Poder Central, e da Assembleia da República quando aprovou esta Lei, o efeito que teve foi de

estrangular um pouco as câmaras municipais, isso foi reconhecido por variados sectores. O facto das câmaras municipais, neste caso Mafra, fazerem aquilo que a Lei lhes permite, nomeadamente os cinco por cento para a retenção do IRS ou o um e meio por cento para os lucros tributáveis, em relação à derrama, eu penso que isso não vai afectar o contribuinte, a sua matéria colectável é igual, aquilo que vai pagar de imposto será igual. De alguma forma, vejo alguma contradição em fazer-se, por um lado, que as câmaras percam a sua autonomia, em termos financeiros, porque é isso que resulta da aplicação da Lei número dois de dois mil e sete, na medida em que dá menos dinheiro às câmaras. Por outro lado, dizer aqui que a Câmara Municipal podia baixar, mas, neste caso, apenas lança mão de um recurso que tem ao seu alcance e que não vai, na minha opinião, prejudicar o munícipe e o contribuinte. Vamos votar a favor tanto este ponto, como o a seguir.”-

-- O Senhor Joaquim Cruz interveio, dizendo que “quando falamos das questões dos impostos, nós temos que falar aqui da questão macro e micro, micro realidade municipal e macro realidade nacional, independentemente de estar lá o PS e de amanhã estar lá o PSD. O que se passa é que há vinte anos, se eu ganhasse cem euros, entre quinze a vinte e sete euros eram para o Estado. Através de uma empresa a nível pessoal, se ganhar cem, quarenta é no Estado. Será que o Estado tem dado assim tão bom serviço para absorver e pesar tanto na economia portuguesa? Essa é a verdadeira questão que nós sentimos. Não tem havido a coragem política para cortar numa despesa que está a asfixiar a economia nacional e assim não vamos a lado nenhum, isto no ponto de vista macro. No ponto de vista micro, quando estamos a falar da realidade municipal, e há regras que foram bem definidas há cerca de um ano, foram apontadas regras e, cada vez mais, vão ter mais responsabilidades e vamos ver quem consegue dar mais, em termos sociais, às suas populações. Tendo estas regras apertadas, no caso concreto de Mafra, acho que fazemos bem atingir o total dessas regras disponíveis. Eu acho que houve aqui um erro na primeira análise, nós não podemos falar no aumento das receitas, há um crescer de responsabilidades muitíssimo grande. Quantas pessoas é que têm em Mafra a sua segunda casa? Se nós estamos a dar, em termos qualitativos, uma qualidade tão grande aos munícipes, e isso é reconhecido em termos nacionais. Se nós virmos a agenda de hoje da Assembleia Municipal é uma agenda de alto cariz social, é toda virada para mais meios para a população. Eu vejo arte e engenho a tentarmos arranjar com poucos recursos. Temos estes utensílios para gerir a nossa máquina, nós temos imaginação, e ainda vamos buscar mais outras coisas, e conseguimos no fim grandes resultados. (...)” -----

-- A partir deste momento, verificaram-se problemas com a gravação desta reunião, pelo que reproduzem as restantes intervenções, através dos apontamentos recolhidos durante a sessão. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que dois vírgula cinco por cento da receita cobrada é para a Administração Central, não tendo visto o Estado a abdicar destes dois vírgula cinco por cento. Em relação aos transportes escolares, irão ser gastos um vírgula cinco milhões de euros. O Senhor Presidente esclareceu, ainda, que no Concelho são cobrados impostos, mas verifica-se empenho e trabalho. Mafra não é um concelho rico, só não tem é receio de pedir contributos aos munícipes. Afirmou, também, que estão perfeitamente conscientes de que é uma boa medida, para ajudar no cumprimento do trabalho, de outra forma, os problemas das pessoas não seriam resolvidos. -----

-- Passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor e seis votos contra do PS. Prosseguiu-se com o ponto sete, relativo ao lançamento de Derrama para dois mil e oito. Não havendo intervenções, procedeu-se à votação, tendo o ponto sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor e seis votos contra do PS. Introduziu-se o ponto número oito sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e oito.

-- O Senhor Armando Madeira referiu que, sendo sensível às questões e problemas económicos que a Câmara começa a ter, considera que era meritória, da parte da Autarquia, uma atenção diferente. Tendo em consideração a fixação de casais

novos, afirma, ainda, que o abaixamento de zero vírgula oito por cento para zero vírgula sete por cento do IMI seria uma boa opção. Leu o documento que se coloca em anexo com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo afirmou que, em relação os incentivos para as famílias e novos casais, não vê tanto como incentivo a situação de pagar mais ou menos imposto, mas o facto de existir no Concelho de Mafra um parque desportivo, uma creche, uma escola primária e pré-primária. Referiu, ainda, que se os pais vêm para o Município, porque há qualidade. Estas ideias de fazer repovoamento com base em impostos, não são tão importantes, a segurança dos filhos é que é importante. O investimento não é só pelo abaixamento dos impostos, mas pela construção de grandes infra-estruturas como a auto-estrada, a CRIMA três, ou empresas, reunindo todas as condições para a sua prática do seu dia-a-dia. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu ainda que as propostas dos impostos são feitas pela Câmara, podendo ser rejeitada a proposta de Autarquia, mas não alterada. Neste sentido, considera que considerará que este ponto se refere a uma recomendação e não a uma proposta. -----

-- Concordando com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Armando Madeira referiu ainda que em relação aos concelhos de litoral, os seus factores de atractividade se prendem com outras situações. -----

-- Passou-se à votação, tendo o ponto sido aprovado com maioria, com os votos contra do PS e CDU. Introduziu-se o ponto número nove sobre o Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública no Município de Mafra. -----

-- Sobre este ponto, a Senhora Isilda Pegado informou que é com agrado que vê este regulamento, traduzindo uma prática que já vem sendo recorrente nos estabelecimentos de ensino. Disse, ainda, que o Senhor Presidente estava a ser um autêntico «Robin dos Bosques», tirando aos ricos para dar aos pobres. A arte da política é redistribuir os rendimentos, o incorrecto é quando esse dinheiro é absorvido pela própria máquina. O apoio social à família nesta modalidade é, de facto, determinante. Com este apoio e esta segurança, mesmo as pessoas com menos rendimento podem ter acesso ao prolongamento de horário e refeição. Referiu, também, uma preocupação em relação ao crescimento da vila e à forma como esta está organizada, sendo necessário criar espaços para que as crianças possam andar nas ruas. É uma preocupação de futuro. -----

-- Passou-se à votação, tendo o ponto sido aprovado por unanimidade. Introduziu-se o ponto número dez sobre a Auditoria Externa das Contas do Município. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra esclareceu que decorre da aplicação da lei, que as câmaras devem ter Revisores Oficiais de Contas para auditar as suas contas. Informou ainda que, de acordo com a apreciação das propostas, quem reúne mais condições é Pedro Leandro. -----

-- O Senhor Armando Madeira questionou se a escolha das três sociedades não foi objecto de nenhum concurso, bem como qual o método usado para estes Revisores Oficiais de Contas. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que o concurso público demora três meses. Neste caso, como os valores não ultrapassam, faz-se concurso limitado. -----

-- O ponto foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Passou-se ao ponto número onze, relativo ao estabelecimento de medidas preventivas na área da intervenção do Plano de Pormenor da Vila Nova de Mafra. -

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra esclareceu que o objectivo de um plano de pormenor é disciplinar o território, de acordo com os planos maiores existentes, que é o PDM, tentando arranjar uma solução equilibrada dentro dos limites que já estão previstos. Referiu, também, que esta é uma zona do território que ainda está virgem, prevendo que no espaço de cerca de seis meses os trabalhos estejam concluídos. -----

-- O Senhor Manuel Pimenta interveio referindo que o desenho apresentado não traduz a realidade local, estando a ser dado para apreciação um documento que não é actual. -----

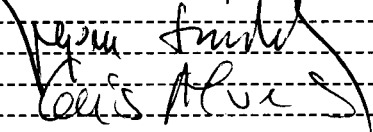
-- No uso da palavra, o Senhor Armando Madeira manifestou o seu desejo de que o plano de pormenor que venha a ser traçado não contrarie o objectivo que está definido: a contenção urbanística. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra afirmou não vê a oportunidade desta intervenção. Referiu ainda que a carta de que dispõem data de dois mil e cinco, o que, obviamente, será tomado em linha de conta pelos urbanistas, aquando da sua análise. Disse também que por vezes são ditas e lançadas suspeições sem fundamento. -----

-- Passou-se à votação, tendo o ponto sido aprovado por unanimidade. Sem intervenções por parte do público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e sete da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam quinze minutos das vinte e três horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: o Senhor Nuno Sardinha, substituído nesta sessão pelo Senhor José Lourenço Alves do Nascimento; o Senhor Paulo Ricardo; e o Senhor Vítor Rodrigues, substituído nesta sessão pela Senhora Regina Maria da Conceição Tomás Nunes. Verificaram-se, igualmente as ausências dos seguintes elementos: o Senhor Daniel Marchante; o Senhor Domingos Janota; o Senhor Joaquim da Costa; o Senhor José Bizarro; e a Senhora Natércia Simões. -

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Luís Alves



Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, minhas senhoras e meus senhores.

Faz parte da ordem do dia desta Assembleia serem submetidos a aprovação alguns projectos de regulamentos ligados à educação deste concelho.

Neste contexto e trabalhando eu nesta área, ensinando numa das escolas deste município e tendo feito há já alguns anos, mais precisamente 17, a opção deliberada de ser este o meu concelho de eleição, considero ter sido uma escolha de coração, já que nada me ligava ao concelho de Mafra, pois nasci na Beira Alta, no concelho de Viseu, onde vivi até aos 21 anos. Sou portanto mais um dos muitos que, por circunstância da sua vida pessoal fizeram esta opção.

E foi de facto uma escolha de coração, não havia razões aparentes para ela, para além da empatia por uma região mais rural, onde a natureza, a simplicidade das pessoas me cativam, talvez por se assemelhar mais à zona onde nasci.

Hoje compreendo o porquê de ter vindo trabalhar, viver e criar neste concelho os meus filhos... porque é um concelho que investe e acredita na educação. Que faz da educação um pilar de desenvolvimento.

É notório o empenhamento e a preocupação em dotar este concelho de uma rede escolar cada vez mais qualificada (desde o jardim-de-infância às escolas de 1º ciclo do ensino básico) e que responde, não só às necessidades de aprendizagem dos seus alunos, como a uma melhoria acentuada das condições de trabalho dos docentes, auxiliares e de todos aqueles que exercem funções nas escolas e também dá resposta às necessidades sociais sentidas pelas famílias do nosso concelho.

Cada vez mais as escolas têm de responder em qualidade e conforto, criando diversos espaços complementares à actividade lectiva, já que hoje a escola não é só o local onde se aprende a ler, a escrever e contar... é cada vez mais um complemento familiar, um apoio cada vez mais necessário àqueles que nela deixam os seus filhos às 8h da manhã e só os vão buscar às 7h da noite.

E a autarquia de Mafra percebeu cedo o quão importante era responder a esta necessidade, criando escolas com qualidade efectiva, com capacidade de responder a uma sociedade em mudança... e está à vista de toda a nova rede escolar.

E acreditem, porque já estive e trabalhei nas antigas escolas, com poucas ou nenhuma condições, onde a mais valia era o empenho dos profissionais e da comunidade, para tornar o ensino mais produtivo – a realidade hoje é bem diferente.

É muito bom trabalhar numa escola nova, com todas as condições, onde as crianças podem vivenciar desde o jardim-de-infância aprendizagens múltiplas e enriquecedoras, pois têm à sua disposição espaços variados: ginásio, biblioteca, refeitório, constituindo um novo recurso, facilitador de experiências

ANEXO I



que, se não fossem os novos edifícios construídos pela autarquia, só poderiam tê-las ao entrarem no 2º ciclo.

Tudo isto é muito mais que poderia expor aqui, devemos à vontade de um executivo autárquico que tudo tem feito para tornar realidade aquilo em que acredita, que crianças mais preparadas, mais felizes, com melhor ensino, melhores condições para a prática educativa serão com certeza melhores cidadãos, homens e mulheres mais felizes neste concelho.